

ÁREA TEMÁTICA: 5 – ESORG - Estudos Organizacionais

Título: TEORIA INSTITUCIONAL: UMA REFLEXÃO SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA

Resumo: A teoria institucional, desde a segunda metade do século passado, passou a ter produções e artigos que exploraram seus conceitos e aplicaram nas organizações. Com o objetivo identificar os principais autores em artigos e verificar se nos trabalhos encontrados são apresentadas novas ideias ou aprimoramento daquilo que já está consolidado na teoria institucional. Na tentativa de verificar a densidade da discussão sobre a teoria institucional, buscou-se identificar as contribuições dos estudos de cinco artigos de referência até 2019, que pesquisaram a teoria institucional ligada à inovação e aos estudos aplicados em teoria das organizações (TO). O estudo pode ser caracterizado como ensaio teórico, de caráter exploratório e qualitativo, desenvolvido a partir de um levantamento bibliográfico. A partir da análise dos artigos, foi possível entender que a replicação das teorias institucionalistas é a base das discussões, com destaque para as organizações que adotam uma estrutura institucionalista e funcionalista, e que se apropriam de todas as características funcionalistas e aplicam na vida da organização. A teoria institucional explica, portanto, a cultura organizacional, que tem influenciado no comportamento das organizações na busca pela inovação e na adaptação aos impactos oriundos dos ambientes internos e externos.

Palavras chave: Teoria Institucional. Conceitos. Produções. Inovação.

Abstract: The institutional theory, from the second half of the last century, started to have productions and articles that explored its concepts and applied them in associations. In order to identify the main authors in articles and check if the works found are new ideas or improvement of what is already consolidated in institutional theory. In an attempt to verify the density of the discussion on institutional theory, we sought to identify as contributions from the studies of five reference articles until 2019, which researched the institutional theory linked to innovation and scientific studies in association theory (TO). The study may be suitable as a theoretical, exploratory and qualitative essay, developed from a bibliographic survey. From the analysis of the articles, it was possible to understand that the replication of institutionalist theories is the basis of the exercise, with emphasis on associations that adopt an institutionalist and functionalist structure, and that appropriate all the functionalist and applicable characteristics in life organization. The institutional theory explains, therefore, an organizational culture, which has influenced the behavior of associations in the search for innovation and in adapting to the impacts arising from internal and external environments.

Keywords: Institutional Theory. Concepts. Productions. Innovation.

1 INTRODUÇÃO

Nos estudos sobre teoria institucional, têm-se observado que muitas organizações utilizam-se da teoria institucional para atuar e estabelecer padrões organizacionais, e, em muitos casos, essa institucionalização se dá até mesmo, de forma inconsciente pelas organizações, onde um jeito de fazer as coisas e apresentar os resultados da organização, são colocados de forma empírica e repassada aos demais colaboradores que acabam introjetando essas formas de atuação, e repetindo a máxima “sempre foi assim”. Comportamentos introjetados e assumidos dentro das organizações são praticados sem questionamento e análise dos propósitos realizados pelos indivíduos nas organizações, a habitualidade, a absorção e a repetição de rotinas das organizações, são estudadas, definidas e organizadas pela teoria institucional.

Na teoria institucional ficam demarcadas características como a racionalidade, a busca pela legitimação e reconhecimento social, interesses institucionais definidos, submissão e persistência organizacional. Tais características são marcas que aparecem na literatura recente, como elementos centrais da teoria institucional, visto que as organizações adotam uma estrutura institucionalista e funcionalista, e se apropriam de todas estas características. Nesse sentido, nas produções sobre a Teoria Institucional, na grande maioria, os autores seguem aquilo que foi definido e construído pelos mais tradicionais autores da criação da TO.

Com a intenção de compreender melhor as contribuições da teoria institucional, este ensaio teórico tem como objetivo identificar as contribuições dos estudos de cinco artigos de referência na temática até 2019, que pesquisaram a teoria institucional, ligados à inovação e aos estudos aplicados em teoria das organizações (TO). Com o ensaio teórico é possível conhecer o que foi produzido sobre a Teoria Institucional, identificar os principais autores destacados nos artigos e verificar se nos trabalhos encontrados são apresentadas novas ideias ou aprimoramento daquilo que já está consolidado na teoria, e em última análise, uma contribuição para a teoria institucional.

Na revisão sistemática dos artigos que tratam da teoria institucional, constatou-se que a maioria dos estudos estão embasados no trabalho de Meyer; Rowan (1977), *Institucionalized organizations: formal structure as myth and ceremony*. Estudo que é referenciado até hoje na maioria dos artigos sobre teoria institucional, e que, por conta disso, os autores são caracterizados como institucionalistas. Como afirmaram Meyer; Rowan (1977, p.340) “as regras institucionais funcionam como mitos que as organizações incorporam, obtendo legitimidade, recursos, estabilidade e melhores perspectivas de sobrevivência”.

Outra vertente que explica o funcionalismo institucional é o isomorfismo como definiram Meyer; Rowan (1977, p.340) “organizações cujas estruturas se tornam isomórficas com os mitos do ambiente institucional - em contraste com aquelas estruturadas primariamente pelas demandas da produção técnica e pela diminuição da coordenação e controle interno de câmbio para manter a legitimidade.” No mesmo artigo, os autores definiram que, “o conceito de isomorfismo institucional constitui uma ferramenta útil para se compreender a política e o cerimonial que permeiam parte considerável da vida organizacional moderna”, ou seja, o isomorfismo institucional define e proporciona a compreensão daquilo que é a vida das organizações. (p.77)

Dimaggio e Powell (2005) definiram o isomorfismo institucional, dividiram-no em três categorias para a explanação de seu conceito: 1) isomorfismo coercitivo, que deriva de influências políticas e do problema da legitimidade; 2) isomorfismo mimético, que resulta de respostas padronizadas às incertezas; e 3) isomorfismo normativo associado à profissionalização.

No Brasil, a tradução do livro *Handbook de Estudos Organizacionais* pelos professores, Miguel Caldas Bertero (EASP/FGV), Roberto Fachin (UFRGS) e Tânia Fischer (UFBA), trouxe uma produção bem construída e com profundidade adequada à discussão sobre a teoria institucional. Os autores apresentam conceitos de Tolbert e Zucker (2014), modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. Segundo Tolbert e Zucker (1983, p.175) “a pouco consenso sobre a definição de conceitos-chave, mensurações ou métodos no âmbito desta tradição teórica”.

Zucker (1977) afirma que a institucionalização é quase sempre um trabalho qualitativo, ou seja, as estruturas são institucionalizadas ou não. O que permite pensar que, por sua análise, em uma organização de alguma forma, existe um padrão de funcionamento que minimamente se aproxima de uma organização

institucionalizada funcionalmente.

Este ensaio teórico foi desenvolvido pela metodologia de levantamento bibliográfico, com abordagem qualitativa. O trabalho se divide em quatro partes, primeiramente, após a definição do objetivo, buscou-se junto as plataformas de pesquisa de artigos científicos, como Spell, Google Acadêmico e Portal da Capes, em 2019, artigos que foram produzidos em alinhamento ao objetivo deste ensaio teórico que é a produção sobre o tema “Teoria Institucional”. Procurou-se utilizar como critério para este ensaio teórico os estudos que mais se aproximavam dos conceitos originais da teoria institucional e que tinha relação com estudos voltados para as organizações, inovação e administração. Como segunda etapa do trabalho, foi realizada a leitura dos artigos selecionados, para identificar os conceitos, interpretações e utilizações da teoria institucional para uma compilação de interesse deste estudo. Na terceira parte do ensaio teórico, são analisadas as principais ideias dos autores dos artigos pesquisados e suas implicações nos temas relacionados aos objetivos deste artigo, bem como a identificação de relação entre os artigos pesquisados. Na quarta parte, o estudo buscou-se identificar as contribuições dos artigos selecionados para a teoria institucional. A partir da leitura detalhada dos estudos analisados, foi possível realizar uma análise bibliográfica dos referenciais que fundamentaram os “achados” dos estudos selecionados.

Para a análise do ensaio teórico foram utilizados os artigos que abordam teoria institucional e inovação, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 - Artigos analisados sobre teoria institucional e inovação

ARTIGO	ANO DA PUBLICAÇÃO	VEÍCULO/AUTORIA
1 – Inovação e teoria Institucional	2016	SILVA, Maria de Fátima; JUNQUEIRA, Luis Antônio Prates; CARDOSO, Onésimo. Inovação e teoria Institucional. Revista Eletrônica de Gestão Organizacional , v.14, n.1, 2016, p.106-114.
2 – Produção Intelectual em Teoria Institucional: Análise nos principais Periódicos Brasileiros a partir do método bibliométrico	2017	CINTRA, Renato Fabiano; AMÂNCIO-VIEIRA, Saulo Fabiano; MUNCK, Luciano. A produção intelectual em teoria institucional: análise nos principais periódicos brasileiros a partir do método bibliométrico. Future Studies Research Journal: Trends and Strategies , v. 9, n. 3, p. 149-177, 2017.
3 – Teoria Institucional e dependência de recursos na adaptação organizacional: uma visão complementar	2005	ROSSETTO, Carlos Ricardo, ROSSETTO, Adriana Marques. Teoria institucional e dependência de recursos na adaptação organizacional: uma visão complementar. RAE electron . [online]. 2005, v. 4, n. 1.
4 – A evolução da teoria institucional nos estudos organizacionais: um campo de pesquisa a ser explorado	2012	PEREIRA, Mauricio Gomes. A introdução de um artigo científico. Epidemiol. Serv. Saúde , Brasília, v. 21, n. 4, p. 675-676, dez. 2012.
5 – Institucionalização de hábitos e rotinas da controladoria no estado de Santa Catarina	2008	BOFF, Marines Lucia; BEUREN, Ilse Maria; GUERREIRO, Reinaldo. Institucionalização de hábitos e rotinas da controladoria no estado de Santa Catarina. Organização & Sociedade , v.15, n.46, Julho/Setembro, 2008.

Fonte: elaboração dos autores, 2019.

Os artigos pesquisados foram encontrados em bases nacionais, conforme mencionado anteriormente, e todos os autores são brasileiros.

2 AS PRODUÇÕES SOBRE A TEORIA INSTITUCIONAL

Neste tópico os autores fazem uma análise detalhada dos artigos selecionados, considerados referência na publicação sobre teoria institucional, nas bases de dados pesquisadas até 9, período da realização da pesquisa. Cada subtópico trata um determinado artigo de um conjunto de cinco artigos analisados, sendo que cada sessão contém o título do artigo e a análise correspondente.

2.1 INOVAÇÃO E TEORIA INSTITUCIONAL

No primeiro artigo analisado verificou-se a produção de Maria de Fátima Silva, Luis Antônio Prates Junqueira e Onésimo Cardoso, **Inovação e teoria Institucional**, publicado na Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, v.14, n.1, 2016 p.106-114, 2016. O objetivo do artigo foi analisar a partir dos constructos da teoria institucional, o processo de inovação como estratégia organizacional. Os autores trazem um dado inicial da OCDE (2015) dando conta de que a inovação institucional nos países desenvolvidos é responsável por 50% do crescimento econômico.

A partir deste percentual, os países industrializados podem contar com um desenvolvimento que impacta em metade do crescimento econômico. Nessa perspectiva, torna-se importante e estratégico pensar o desenvolvimento institucional para a economia do país. Nesta mesma lógica, os autores trouxeram os postulados de Schumpeter (1997), em que destacam, a propriedade privada, a divisão do trabalho e a livre concorrência.

Ao se abordar o tema inovação, segundo Silva, Junqueira e Cardoso (2016) se faz necessário resgatar as proposições e afirmações de Schumpeter, tendo em vista seu legado nos conceitos de inovação e capacidade de inovação das empresas nos tempos atuais, onde as “batalhas” estão no campo das questões ecológicas, ambientais e também na capacidade de se reinventar e manter-se no mercado cada vez mais competitivo.

Ainda sobre o tema inovação, Silva, Junqueira e Cardoso (2016), afirmam que o papel de Schumpeter nesta seara serviu como guia nas definições de inovação e as alterações ocorridas no campo social e econômico dos países. Para reforçar o conceito de inovação trouxeram uma divisão em ciclos, sendo, invenção, inovação e imitação, conceitos que se aproximam das definições de Dimaggio e Powell (2005) que asseveraram os conceitos de isomorfismo coercitivo, mimético e normativo. Ainda, trazem uma diferença entre inovação radical e incremental, ancorados nos pressupostos de Schumpeter, destacando que a inovação radical seria alterações no sistema econômico e a inovação incremental como sendo melhorias na inovação radical.

Na abordagem produzida sobre os seguidores Schumpeterianos, é trazida à discussão, o pensamento dos autores Neo-Schumpeterianos, como Freeman (1987), Dose, Pavitt e Soete (1990). Nesta direção, destaca-se a importância da tecnologia, em consonância com os estudos Prahalad (2004). Para reforçar os conceitos de inovação Silva, Junqueira e Cardoso (2016) relacionaram sete autores, os quais destacamos apenas três, considerados mais abrangentes, conforme exposto no quadro a seguir.

Quadro 2 – Conceitos de inovação

Freeman (1987): inovar é o processo que inclui as atividades técnicas, concepção, desenvolvimento, gestão e que resulta na comercialização de novos (ou melhorados) produtos ou na primeira utilização de novos processos.
--

Manual do Oslo (2005): inovar é um processo contínuo adotado na melhoria de produtos, processo organizacional e de marketing
--

Kelly (2005): inovar é o resultado de um trabalho em equipe, isto é, ser receptivo a cultura e tendências de mercado, aplicando o conhecimento de maneira a visualizar o futuro e gerar produtos e serviços diferenciados.
--

Fonte: Adaptado de Silva, Junqueira e Cardoso (2016).

Nesta perspectiva de Silva, Junqueira e Cardoso (2016), concluíram que a partir dos autores neoschumpeterianos, a inovação ficou caracterizada como modelo de gestão e estratégia, e não restou lugar para variáveis como política e cultura, por exemplo. Para complementar sua análise, os autores trouxeram o conceito de hélice tripla, que ficou caracterizada pela colaboração das três forças para impulsionar a inovação, sendo elas: Empresas, Universidade e Estado, modelo proposto por, Leydesdorff e Etzkowitz (1996), e que segundo, Danda, Queiroz, Hoffmann (2016), o modelo da hélice tríplice foi proposto para descrever as dinâmicas existentes nos arranjos institucionais que envolvem universidades, empresas e governo. Na análise dos autores, o modelo de hélice tripla não atingiu o arcabouço dos modelos das estratégias organizacionais e dos modelos de gestão associados aos investimentos privados em inovação.

Com relação a teoria institucional, o artigo trabalhou com a questão da retomada da crise institucional na década de 70, período em que surge a crise do paradigma estrutural funcionalista. Nesta crise, são destacados o caráter fechado das proposições, a ausência de visão histórica e a natureza marginal dos aspectos políticos. A partir dessas ponderações, os pensadores das Teorias Organizacionais começaram a visualizar novos contextos nas organizações, como descrevem Danda, Queiroz e Hoffmann (2016), o poder, a cultura e a estratégia começam a fazer parte dos estudos, tendo em vista que a Teoria Institucional atende a noções mais profundas de estruturas sociais.

Dando seguimento, ainda na análise do primeiro artigo selecionado, os autores do referido estudo afirmam, baseados em Meyer e Rowan (1992), que a sobrevivência das organizações está mais centrada nas estruturas formais das organizações do que no resultado final alcançado por seus oficiais. No mesmo sentido, os autores trazem a pesquisa de Scott (2004) para sustentar que a visão institucional perpassa os elementos tradicionais de meios de sobrevivência e funcionamento e, que a partir disso, elementos como valores, símbolos e mitos estão sublinhando presença também no ambiente institucional.

O que é transmitido pelos autores é o fato de que as instituições são providas de estoicismo, o que as faz perpassar dificuldades e serem reconhecidas socialmente, resultando em estabilidade institucional. Para demonstrar como se dá um processo de institucionalização, os autores resgataram um modelo proposto por Tolbert; Zucker (1999) dando ênfase para que as ações se tomam habituais e se referem a comportamentos que ocorrem de forma empírica, onde os atores institucionais recorrem a esses comportamentos para atuarem na organização, o que está demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3 – Processo de institucionalização

Fatores externos	Objetificação	Forças do mercado	Sedimentação
Mudanças – geram inovação habitualidade	Criadas teorizações Surgem resistências	Ocorre institucionalização	Institucionalização

Fonte: adaptado de Silva, Junqueira e Cardoso (2016).

Cumprir destacar que esses momentos são apontados pelos autores, com suas ressalvas, quando utilizam os argumentos de Dimaggio e Powel (1983) para afirmar que não somente os fatores externos são estímulos para a institucionalização, mas também a busca pelo poder político e legitimação entre as instituições, são fatores que concorrem para as mudanças institucionais.

Por fim, cabe sublinhar que segundo Danda, Queiroz e Hoffmann (2016), o revés do processo de institucionalização nas organizações seria a desinstitucionalização, que também causa reações e mudanças internas nas organizações. Assim, para que o novo possa vir, se faz necessário gerar assimilações e reconhecimento das ameaças e fraquezas internas, para se buscar a inovação e proporcionar que novos processos de mudanças e institucionalização possam acontecer.

2.2 PRODUÇÃO INTELECTUAL EM TEORIA INSTITUCIONAL: ANÁLISE NOS PRINCIPAIS PERIÓDICOS BRASILEIROS A PARTIR DO MÉTODO BIBLIOMÉTRICO

No segundo artigo estudado verificou-se o trabalho de **Produção Intelectual em Teoria Institucional: Análise nos principais Periódicos Brasileiros a partir do método bibliométrico**, de Renato Fabiano Cintra, Saulo Fabiano Amâncio-Vieira, Luciano Munck, publicado na Future Studie Reserach Journal, São Paulo, v.9, n.3, p. 149-177, Set-Dez, 2017. O objetivo do artigo foi buscar o perfil dos autores que publicam sobre teoria institucional no cenário nacional, bem como as obras relevantes citadas a partir da bibliometria.

Neste artigo os autores buscaram em Rosseto e Cunha (1999), respaldo para afirmarem que as influências sobre a teoria organizacional são direcionadas pelos fatores externos, que têm exercido pressões nas organizações tais como, as mudanças tecnológicas, econômicas, políticas e sociais, que são vetores no comportamento das organizações na medida que influenciam e ditam comportamento organizacional.

Em seu trabalho os autores destacam a dificuldade de encontrar novos *gaps* para aprofundar estudos sobre Teoria Organizacional, ao mesmo tempo trazem à discussão a importância e a relevância dos estudos de Caldas e Bertero (2007). Aparentam ainda que, em estudo de revisão feito por Mota *et al.* (2010), não foi encontrado contribuição nova nos estudos sobre teorias organizacionais, dando conta de que, o que se tem feito são replicações de teorias internacionais consolidadas.

Novamente para reforçar aquilo que se visualiza nos trabalhos sobre teoria institucional, é resgatado pelos autores o clássico de Meyer e Rowan (1977), “organizações institucionalizadas: estrutura formal como mito e cerimônia”. Buscas de que mesmo havendo produção anterior ao trabalho de Meyer e Rowan, continua a ser referência de partida nos estudos sobre teoria institucional. Por outro lado, Cintra, Vieira, Munck (2017) constatam que a teoria institucional no início da vida das organizações no campo organizacional acontece de maneira não homogênea, e que com o passar do tempo, à medida que vão se solidificando, há uma tendência de homogeneização das práticas organizacionais.

Para justificar suas afirmações os autores trazem conceitos e definições propostas por Dimaggio e Powel (1983), enfatizando que as organizações também agem buscando legitimação. No que diz respeito às posturas institucionalistas, os autores retomam o conceito de Scott (1995), que defende que o institucionalismo se baseia em; normativo, regulativo e cognitivo. Os autores buscaram no levantamento bibliométrico, a identificação em periódicos de publicação científica, congressos e outros meios proporcionados pela academia para buscar produções de interesse do artigo. Os autores procuraram, ainda, centrar esforços na busca de uma distribuição que pudesse fornecer o número de autores, trabalhos e publicações sobre a teoria institucional. A pesquisa justificou sua busca somente em periódicos brasileiros, tendo em vista o conhecimento da produção nacional sobre a teoria institucional.

Com o uso da palavra institucional, foi obtido um total de 325 artigos, e após o resumo de cada artigo encontrado, fizeram um filtro para refinar a pesquisa mais adequada ao seu tema e chegaram ao número de 78 artigos. Vale destacar que a pesquisa foi feita a partir de produções de 1999 à 2011, de um universo de 12 anos na pesquisa.

Para tratar esses dados os autores utilizaram uma planilha Excel 2010 para tabular, classificando por nome do pesquisador, maior titulação concluída, ano de obtenção da titulação, linha de pesquisa, instituição e vínculo. Para os dados dos autores encontrados foram buscadas informações na plataforma Lattes. Por fim, os autores construíram um banco de dados sobre as obras citadas nos artigos, uma a uma, e o nome de cada obra citada pelos autores pesquisados em suas produções, assim, chegaram ao somatório de citações em cada artigo e no total geral.

Para terem um panorama mais completo dos artigos, eles dividiram os autores em perfis por; (1) área de formação, (2) linha de pesquisa, (3) gênero e maior titulação, (4) instituição e vínculo e (5) autoria e coautoria.

(1) No quesito área de formação a constatação inicial é que a maioria dos autores são de formação das ciências sociais aplicadas, o que justifica a aproximação, segundo os autores do artigo (CINTRA; VIEIRA; MUNCK, 2017), é o fato do tema estar ligado ao contexto organizacional. De um total de 98 autores pesquisados, a distribuição dos autores ficou assim: 77 autores das ciências sociais aplicadas, representando 78,5% do total. A administração com 72,40%, engenharias 9,20%, contabilidade 5,10%, ciências sociais 2,0%, outros 5,10% (ciência da informação, ciência política, economia, letras e zootecnia.) e sem informação 6,10%.

(2) No quesito linha de pesquisa foram identificadas as seguintes áreas: estratégia organizacional 24,50%, estudos organizacionais e TO 10,20%, administração pública 9,20%, administração geral 9,20%, gestão de pessoas 6,10%, marketing e empreendedorismo 5,10% sistema de informação e TI 4,10%, planejamento controle e produção 4,10%, contabilidade 3,10%, comunicação e mudança organizacional 3,10%, outras linhas 15,30% e, por fim, sem informação 7,10%.

(3) Para o quesito gênero e titulação, os dados foram obtidos da plataforma Lattes: 69% de autores homens e, 31% de autoras mulheres. Para os homens 12% possuem pós-doutorado e 36% doutorado, e para as mulheres 3% pós-doutoras e 17% de doutoras.

Segundo a análise de Cintra, Vieira e Munck (2017) 50% das produções são feitas por doutores, e considerando, a soma dos pós-doutores, os valores chegam à 68%. Com esses números os autores destacam a importância da pesquisa qualificada com o aumento de programas de qualificação que formam doutores e pós-doutores no cenário nacional.

(4) Para o quesito instituição e vínculo Cintra, Vieira e Munck (2017) concluíram com as seguintes instituições: FGV-SP Fundação Getúlio Vargas 7 pesquisadores, PUC-PR 7 pesquisadores, USP 7 pesquisadores, Universidade Positivo-PR 7 pesquisadores, UFRGS 6 pesquisadores, FGV-RJ 4 pesquisadores, UFPR 4 pesquisadores, UNB 3 pesquisadores, UDESC 3 pesquisadores, Universidade Estadual de Maringá 3 pesquisadores. Trouxemos a este artigo somente as dez primeiras instituições nominadas pelos autores de um total de 18 instituições pesquisadas.

Ainda na análise do segundo artigo, a pesquisa de Cintra, Vieira e Munck (2017) também visualizou os vínculos dos pesquisadores, ficando assim distribuídos, em frequência: 42,9% celetistas, 42,9% servidores públicos, 3,1% bolsistas, 3,1% colaboradores, 2,0% autônomos, 6,1% sem informação. Com esses dados os autores concluíram que, da elite que publica sobre teoria institucional do Brasil, 8 são celetistas e 6 servidores públicos, e 1 autônomo.

(5) Para o quesito autoria e coautoria Cintra, Vieira e Munck (2017) concluíram após análise dos números pesquisados que as concentrações de trabalhos de produção de artigos sobre teoria institucional ficaram assim distribuídas: 46,3% são trabalhos de coautoria com 2 autores, e 3 autores 22,4% e com 4 autores 9%.

Para fins de alusão aos autores que mais publicaram e pelo fato de que o artigo ser atual, trouxemos os cinco primeiros autores que aparecem nas pesquisas de Cintra, Vieira e Munck (2017): Clóvis Luiz Machado-da-Silva (17) artigos, João Marcelo Crubellate (6) artigos, Luciano Rossoni (6) artigos, Fernando Dias Lopes (5) artigos, Edson Ronaldo Guarido Filho (4) artigos.

Outro ponto que merece destaque são as citações, onde os autores mais citados sobre a temática de teoria institucional foram elencados, pois fundamentam a maioria dos artigos que se dedicam ao tema, destacado o *ranking* por número de citações no Quadro 4.

Quadro 4 – Autores mais citados sobre teoria institucional

Autor	Citações
1º Dimaggio, P.J, Powell W.T. 1983/versões 1982, 1991 e 2004 em inglês; 2005 em português.	180
2º Meyer, J.W.; Rowan, B. 1977/ versões 1983, 1991 e 1992 em inglês.	130
3º Scott, R.W. 1995/ versões 2001 e 2008 em inglês.	102
4º Giddens, A. 1984/ versões 1989 e 2003 em português.	61
5º Tolbert, P.S.; Zucker, L.G. 1996/ versões 1998 e 1999 em português, e 1997 em inglês.	56
6º Berger, P.L; e Luckmann, P.T. 1967/ versões 1985, 1997, 1998, 2001, 2002 e 2005 em portu.	50

Fonte: Adaptado de (CINTRA, VIEIRA e MUNCK, 2017).

Para finalizar a análise do estudo de Cintra, Vieira e Munck (2017), os autores concluíram que a maioria dos pesquisadores que produzem artigos sobre teoria institucional são estrangeiros, entretanto, também existe produção por autores brasileiros que estudam o tema com importância no cenário nacional. Quanto ao perfil dos autores que produzem sobre teoria institucional, em sua grande maioria, são com formação em administração ou engenharia; as linhas de pesquisa majoritária são; pesquisa em estratégia organizacional e teoria organizacional; que a maioria tem doutorado ou mestrado; os que preponderam nos trabalhos são do gênero masculino; e que sua titulação foi obtida entre 2003 e 2010.

Também baseados na hipótese de Lotka, o estudo de Cintra, Vieira e Munck (2017) concluíram que poucos publicam muito e muitos publicam pouco, conseguiram comprovar que 56,8% dos autores contribuíram apenas uma vez, ou seja, 15 dos 69 autores, o que corresponde a 43,2% do total da produção. Ancorados na lei de Bradford, a RAC (Revista de Administração Contemporânea) é considerada o coração em teoria institucional no cenário brasileiro, representando 26,9% de toda a publicação de periódicos classificados pela Capes de A1 até B2, já a segunda revista mais referenciada é Brazilian Administration Review (BAR) representa 19,4% sendo classificada pela Capes como A2.

2.3 TEORIA INSTITUCIONAL E DEPENDÊNCIA DE RECURSOS NA ADAPTAÇÃO ORGANIZACIONAL: UMA VISÃO COMPLEMENTAR

No terceiro artigo estudado intitulado a **Teoria Institucional e dependência de recursos na adaptação organizacional: uma visão complementar**, de Carlos Ricardo Rossetto e Adriana Marques Rossetto, RAE-eletrônica, v. 4, n. 1, Art. 7, jan./jul. 2005. O objetivo do artigo foi abordar o processo de adaptação estratégica organizacional utilizando para sua análise duas abordagens distintas: a Perspectiva Institucional e a Dependência de Recursos.

Primeiramente os autores fizeram uma revisão bibliográfica sobre as perspectivas e, após, uma discussão de como a perspectiva institucional e a dependência de recursos podem contribuir para o entendimento da proposição. Os autores concluíram que ambas, apesar de as perspectivas serem diferentes, podem se complementar. Em sua análise Rossetto e Rosseto (2005), afirmaram que na perspectiva da teoria institucional as organizações tendem a resistir às pressões externas, mas que sob a ótica da dependência de recursos, as organizações tendem a se adaptar às mudanças exigidas pelos fatores externos.

O debate dos autores neste artigo foi formado pelo diálogo de dois pressupostos, que percebem em seu estudo que a teoria institucional sofre influência das afirmações dos precursores destes estudos, como, Meyer, Scott e Deal (1983) que baseados em Prattes (2000) afirma que o olhar sobre a perspectiva institucional das organizações pode ser classificado como figurativo da realidade, e que por conta disso, apresentam uma fundamentação peculiar pela qual a realidade organizacional é construída.

O ambiente técnico das organizações caracteriza-se pela troca de bens e serviços, ao passo que o ambiente institucional conduz a organização e estabelece a difusão das normas de atuação (MACHADO-DASILVA, FONSECA e FERNANDES, 1999). Essa divisão de papéis entre ambiente técnico e ambiente institucional, dá conta de que a organização é um todo que se compõe, entre quem faz e quem pensa uma organização, mas que também se adapta a cumprir pressões internas e externas para sobreviver.

No entendimento dos autores, a discussão sobre o ambiente institucional e a própria instituição através de seu ambiente organizacional e na sua relação com o mundo externo vai sofrendo influências e também vai influenciando os espaços nos quais atua, com seu modo de agir e operar, e que com isso, acaba por contribuir com a institucionalização de meios, processos e métodos de ação.

O que ficou assentado é que quando se fala em teoria institucional, a maioria dos artigos respalda-se nas produções clássicas do tema como, Meyer e Rowan (1977); Dimaggio e Powell (1983) e Scott (2007), resgatando conceitos de institucionalismo e isomorfismo a qual as organizações estão expostas a influências.

A exemplo disso segundo, Machado-da-Silva e Gonçalves (1999 apud Rosseto e Rosseto, 2005) ressaltam que as organizações interagem com seu ambiente na procura de legitimação. Essas afirmações aparecem em Dimaggio e Powell (1983); Rowan (1982), o que reforça a tese de que, o que foi produzido por

esses últimos está consolidado em termos de teoria institucional.

Sobre a perspectiva da dependência de recursos é apontada pelos autores a existência de outra alternativa institucional com relação a viabilidade da dependência de recursos, onde, os autores respaldados por Aldrich e Pfeffer (1976) afirmam que o ambiente é fonte de influência nas organizações, exercendo condições nas tomadas de decisões em função do contexto da organização e que, o clima organizacional e político influenciam a organização numa perspectiva de que o sucesso da organização está ligado ao gerenciamento das conexões externas como resolução de sucesso da organização. A perspectiva da dependência de recursos também destaca que a capacidade da gerência em obter meios para negociação dos problemas internos e competência para ajustar os interesses do cenário onde atua, aos interesses internos da organização, momento em que mudanças são aceitas e acontecem.

Para tentar elucidar as duas perspectivas institucionais, os autores comparam a teoria institucional com a perspectiva da dependência de recursos em um quadro de Oliver (1988) o qual reproduzimos de forma resumida no Quadro 5.

Quadro 5 – Comparação entre a perspectiva institucional e da perspectiva de dependência de recursos

PERSPECTIVA INSTITUCIONAL	PERSPECTIVA DA DEPENDÊNCIA DE RECURSOS
Ambiente institucional com nenhum comportamento de escolha acomoda-se as normas coletivas	Ambiente da tarefa com comportamento de escolha ativo, lida-se com interdependências
Pressões invisíveis	Pressões visíveis
Isomorfismo	Adaptação
Aderência a regras e normas	Administração da escassez de recursos
Persistência organizacional	Redução da incerteza
Maior valor social	Mobilização de recursos
Conformidade a critérios externos	Controle dos critérios externos
Interesses institucionais definidos	Interesses políticos calculados
Submissão	Não submissão

Fonte: Adaptado de Oliver (1988).

Pela interpretação dos autores e pelo que discorrem ao longo do artigo, existe a indicação de que as teorias, embora apontem para posições diferentes à primeira vista, subsiste muita convergência entre ambas, ao abordarem formas diferentes de dar suporte às estratégias das organizações, onde o aprofundamento do estudo de cada uma pode sim, engrandecer a contribuição de cada teoria para as organizações. Fator interessante apontado no estudo de Rosseto e Rosseto (2005) é o de que a posição de não escolha proposta pela teoria institucional, pode se replicar, através do hábito, da conveniência e da convenção social.

2.4 A EVOLUÇÃO DA TEORIA INSTITUCIONAL NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: UM CAMPO DE PESQUISA A SER EXPLORADO.

O quinto artigo pesquisado foi **A evolução da teoria institucional nos estudos organizacionais: um campo de pesquisa a ser explorado**, Fernando Antônio de Melo Pereira, Organizações em contexto, São Bernardo do Campo, Ano 8, n. 16, jul.-dez. 2012. Neste artigo a pesquisa se desenvolveu em torno do objetivo do trabalho, que foi o de constatar a aplicação da teoria institucional nas organizações como componente de concepção de equipe social duradoura no ambiente organizacional. Neste mesmo viés, o trabalho pesquisou a produção de artigos de 2006 à 2012 no âmbito de formas inovadoras da abordagem institucionalista. Foi realizada uma pesquisa bibliométrica em periódicos referenciados para selecionar os

periódicos internacionais com três elementos principais para organizar o estudo: caracterização geral dos trabalhos, avaliação do conteúdo e avaliação de referências.

Ao buscar os elementos para respaldar conceitos e formular estrutura ao artigo Pereira (2012), concluiu que a teoria institucional respalda processos e fundamenta a relação das organizações com o mercado no sentido que as organizações buscam reconhecimento social e político. O autor constata que existe um fator negativo na teoria institucional, dando conta de que a grande diversidade de conceitos, visões e afirmações sobre a teoria institucional não produziu uma institucionalização da própria teoria, e que este fato, já havia sido apontada por Tolbert e Zucker (1999). Esta constatação aponta para uma busca pelos pesquisadores da teoria institucional para identificar o rumo que está sendo dado para a sedimentação da teoria, tanto nas perspectivas empíricas como teóricas.

Diante disso, a pesquisa de Pereira (2012, p.275) buscou “identificar a produção científica dos principais periódicos científicos de Administração no cenário mundial que publicam trabalhos originais e relevantes que contenham a abordagem institucional em seu escopo”. Nessa abordagem Pereira (2012), concluiu que a teoria institucional é tema dos estudos organizacionais, nos últimos trinta anos, e que tem havido evolução no campo dialógico da ciência e do funcionalismo, que é característica da teoria institucional. Como todo trabalho que estuda a teoria institucional, o artigo analisado também revisita conceitos de Tolbert e Zucker (1999); Meyer e Rowan (1991); DiMaggio e Powell (1983), clássicos do fundamento institucionalista.

Para apresentar as fases da institucionalização desenvolvidas por Zucker (1988), quando afirma que o processo de institucionalização apresenta as fases de objetificação, habitualidade e sedimentação, Pereira (2012) busca descrever os passos da institucionalização e, fundamentado em Clegg e Hardy (2006), afirma que a institucionalização se desenvolve a partir das seguintes fases: estágio pré-institucional, onde ocorre a habitualidade, estágio semi-institucional, onde é construída a objetificação, e, por fim, estágio de total institucionalização, onde há a sedimentação da institucionalização. Na intenção de construir uma lógica sobre o tema, o autor do quarto artigo selecionado, revisita Scott (2007), onde surge a afirmação de que na teoria institucional o ambiente e a organização têm um caráter limitado atribuído à abordagem racional e instrumental.

Buscando as origens e fundamentações da teoria institucional, Pereira (2012) resgata pesquisa feita na obra de Suddaby (2010), Powell e Colyvas (2007), onde afirmaram que a teoria institucional se desenvolveu em refutação ao estruturalismo/funcionalismo que evidenciavam temas como interesse e poder dentro da política.

A pesquisa selecionou 179 artigos, produzidos de 2006 a 2012 onde foram feitas buscas por palavras-chave; “institutional theory”, “institutional analysis” e/ou “institutional perspectives. O autor utilizou periódicos com fator de impacto acima de 0, definido pelo Institute for Scientific Information (ISI), e que após leitura de um roteiro próprio, o autor chegou a 37 artigos selecionados.

Diante da análise do artigo selecionado, o estudo contribuiu com descobertas em termos de abordagem da teoria institucional que foram identificadas pelo autor, ficando assim apresentadas; velho institucionalismo com 21 artigos, neoinstitucionalismo 8 artigos e ambas abordagens com 8 artigos. Com isso têm-se que o velho institucionalismo é abordagem predominante na produção sobre institucionalismo, e que também a presença do neoinstitucionalismo não aparece como tendência a substituir o velho institucionalismo.

As áreas que mais utilizaram a aplicação da teoria institucional pela pesquisa de Pereira (2012), foram: finanças 5, tecnologia da informação 5, marketing e empreendedorismo 4, estratégia organizacional 3, mudança organizacional 3.

Quanto aos métodos utilizados pelos pesquisadores da área, foram identificadas as seguintes áreas pelo autor: ensaio teórico 11, revisão da literatura 7, documental e entrevista 6, *survey* 6, estudo de caso: múltiplas técnicas 6, documental e observação participante 1.

Na pesquisa, o autor verificou a origem do país dos autores das obras produzidas sobre teoria institucional, e que os números ficaram distribuídos da seguinte forma: EUA 31, Inglaterra 12, Suécia 8, Canadá 4, Brasil 4, Alemanha 3, Espanha 3, México 2, França 2, Austrália 2, Noruega 2, Irlanda 1, Taiwan 1, China 1, Totalizando 76.

Também no estudo foram identificadas outras abordagens de teorias aplicadas as organizações, as quais o autor segmentou por ano e tema:

- 1) Theobroma of Institutional Change, teoria concorrente, (BROUSSEAU; GARROUSTE, 2011; CHIZEMA; BUCK, 2006).
- 2) Accounting Theobroma, teoria em conjunto (COLIN *et al*, 2008).
- 3) Theobroma of Behavior, teoria concorrente (DEQUECH, 2006).
- 4) Isomorphism theory, teoria em conjunto (LOUNSBURY, 2008; BECKERT, 2010).
- 5) International Interpreneurial Behavior, teoria em conjunto (BRUTON; AHLSTROM; LI, 2010).
- 6) Rethorical Institutionalism, teoria em conjunto (GREEN JR.; LI, 2011).
- 7) Transaction Cost Theobroma, teoria concorrente.
- 8) The Resource-Based View, teoria concorrente.
- 9) Resource Dependence Theobroma, teoria concorrente (ALLES; CABRERA, 2006).

E, como último item de pesquisa do autor, foi a busca pelos autores mais citados, entre os quais, destacamos os dez primeiros: 1) Dimaggio, P. J. 26 citações; 2) Scott, W. R. 23 citações, 3) Powell, W. W. 22 citações, 4) Meyer, J. W. 21 citações, 5) Oliver, C. 12 citações, 6) Greenwood, M. 10 citações, 7) Zucker, L.G. 10 citações, 8) Rowan, B. 9 citações, 9) Yin, R.K. 8 citações, 10) North, D. C. 7 citações.

O artigo destaca a concentração de pesquisas na área de finanças e que a maior produção no tema da teoria institucional está concentrada em autores norte-americanos, e que o Brasil em um universo de 76 autores aparece com 4 autores, e que isso representam 5,26% do universo pesquisado, o que é algo significativo no mundo da pesquisa sobre teoria institucional.

2.5 INSTITUCIONALIZAÇÃO DE HÁBITOS E ROTINAS DA CONTROLADORIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

No sexto trabalho analisado conhecemos o artigo **Institucionalização de hábitos e rotinas da controladoria no estado de Santa Catarina**, artigo produzido pelos autores Marinelucia Boff, Ilse Maria Beuren, Reinaldo Guerreiro, *Organização & Sociedade*, v.15, n.46 - Julho/Setembro, 2008. O objetivo do artigo foi o de identificar hábitos e rotinas e sua institucionalização na controladoria, verificar a concepção sobre o indivíduo responsável pela controladoria; e analisar o entendimento dos aspectos inerentes à controladoria pelos seus responsáveis. Para tal foi realizada uma pesquisa exploratória do tipo multicase com abordagem qualitativa.

O estudo buscou averiguar como ocorre o processo de institucionalização de hábitos da controladoria em empresas de Santa Catarina. Como premissa básica da pesquisa Boof, Beuren e Guerreiro (2008) explicaram que os trabalhos realizados por uma controladoria, seguem padrões preestabelecidos e rotinizados, por sua característica de que as informações úteis são pré-determinadas pelos usuários.

Quanto a relação da teoria institucional pelas organizações segundo Boof, Beuren e Guerreiro (2008), denotam que o comportamento dos indivíduos são configurados por paradigmas criados e compartilhados pelos demais componentes da organização, por meio de uma relação indivíduo-grupo e grupo indivíduo, sendo que a partir destas relações é que são formadas as rotinas e legitimadas pelo grupo, considerando que as regras e as normas da instituição podem também ser confirmadas pelos indivíduos que detêm o poder dentro da organização.

Os autores consideraram que a importância de seu trabalho, está calcada na relação indivíduo-grupo e grupo-indivíduo e, nas relações e reações que podem implicar entre os componentes com a institucionalização ou não de hábitos e rotinas, que podem acontecer ou não nas organizações.

Na análise de Boof, Beuren e Guerreiro (2008), constataram que até o final da década de 40, os sociólogos americanos não distinguiam as organizações como evento social desigual. Estes fenômenos eram vistos como fenômenos sociais de forma geral, sem uma dedicação específica, o que somente passou a acontecer, a partir do final dos anos 40. Para atualizar a sequência dos acontecimentos sobre a teoria institucional, os autores resgatam através de Tolbert e Zucker (1999) que a estrutura formal refletia os esforços racionais dos gestores na busca de eficiência, assegurar o controle das atividades e, também, sua coordenação. Outro elemento que foi resgatado pelos autores foi a discussão sobre o que já foi escrito sobre teoria institucional

destacando Philip Selznick que havia publicado sobre o tema nas décadas de 40 e 50. Buscando dar profundidade nos seus escritos os autores revisitam afirmações de Machado Da Silva, Fonseca e Crubellate (2005) quando afirmam que o surgimento e desenvolvimento da teoria institucional na sociologia e na ciência política surgem no século XIX. Entretanto, o recrudescimento das discussões e formação da teoria são eventos das últimas décadas.

O fenômeno das análises da teoria institucional nas organizações ganhou robustez a partir de Meyer e Roman (1977), com uma perspectiva voltada para a mudança e para redefinição das estruturas organizacionais e sua missão. Como toda teoria, a teoria institucional teve suas redefinições pelos próprios Meyer e Roman, constatação feita por Boof, Beuren e Guerreiro (2008), que dá conta de que no início da criação da teoria institucional conforme Meyer e Roman (1977), afirmaram que sua teoria era considerada como necessária e eficaz, sendo elemento preponderante em relações estáveis de comportamento, entretanto, posteriormente, a redefiniram como passível de desvinculação da ação.

Como o interesse nos estudos sobre a teoria institucional têm crescido, os autores relatam a existência de três enfoques na literatura contábil que são os seguintes, baseados em Guerreiro *et al.* (2005):

- a) nova sociologia institucional – onde as organizações são vistas como participantes de uma teia de relacionamentos com influência em seus relacionamentos, onde as tradições, normas e crenças influenciam este relacionamento, o que ratifica o conceito da teoria de redes. O apoio e a legitimidade são fatores de conformação para que aconteça. O ambiente institucional é regido por regras, crenças, símbolos e práticas.
- b) nova economia institucional – focada em um ambiente institucional em que um conjunto de regras sociais, legais e políticas estabelecem as bases para a produção, a troca e a distribuição. O elemento ambiente institucional é o elemento central em uma indústria e estratégia da empresa inserida neste ambiente.
- c) velha economia institucional - A instituição é o objeto de análise e os indivíduos tomadores de decisões racionais ficam em segundo plano. Ancorados em Guerreiro (2005) afirmam que as instituições se desenvolvem através da rotinização da atividade humana.

Para explicitar melhor a teoria institucional, os autores se basearam em Fonseca e Machado-da-Silva (2005), ao dividir os elementos que fazem parte da teoria institucional relacionados como, indivíduo, organização e o ambiente. O indivíduo compreendido como aquele que personifica e introjeta as rotinas e executa as atividades de forma introjetada das rotinas, e a organização como o cenário onde o indivíduo realiza as tarefas propostas pelo objetivo da organização e, por fim, o ambiente onde as organizações produzem e ofertam serviços e produtos.

No sentido de complementar esse entendimento os autores relatam que, para se ter a completude desses elementos é necessário entender o significado de cada elemento, ou seja, como eles são vistos e reconhecidos pelos atores sociais, e qual o seu papel no processo inicializador de mudança.

Um dos elementos que as organizações buscam neste contexto é a legitimidade, que é encontrada quando realizam segundo Daft (1999), ações que estão em sintonia com o preceito de ser desejável, certa e pertinente ao sistema de valores, normas e crenças do ambiente onde atuam. Fundamentados em Tolbert, Zucker (1999), os autores afirmam que na teoria institucional, os atores das organizações, estão mais preocupados com seus interesses pessoais, e que por esta razão, aceitam de maneira inquestionável, as regras e normas institucionais sem procurar examinar sua pertinência ou não, adaptando-se a regras, ao passo que no modelo racional isso não acontece. Por outro lado, numa visão mais profunda desta questão pode se dizer que quando se trata de cultura organizacional, se o colaborador não se adapta a organização, muito provavelmente ele acabe saindo do ambiente organizacional.

Na questão das escolhas e decisões, as organizações segundo os autores e fundamentados em Dias Filho e Machado (2004) nem sempre adotam procedimentos e ações mais racionais para resolução de seus problemas, mas sim pela escolha daquilo que institucionalmente é percebido como mais adequado. Para definir institucionalização Boof, Beuren e Guerreiro (2008) revisitam o conceito proferido por Galliano (1981), em sociologia a institucionalização é vista como um conjunto maior do processo, ou seja, desde a forma como é aceita e interpretada pelos indivíduos, como também o resultado desta aceitação que é obtido no final do processo.

Nesse sentido é Boof, Beuren e Guerreiro (2008) interpretaram que os processos institucionalizados são os que se encontram aceitos e compreendidos como normas dentro da instituição, e que deixam de ser, quando não encontra respaldo nos atos dos indivíduos, naquilo que se espera como padrão de comportamento institucional. Comportamento institucional aqui compreendido como aquele que a organização espera do indivíduo na aceitação, compreensão e entrega de resultado esperado pela organização.

Tendo utilizado o termo *instituição* ao longo de todo o pensamento do artigo Boof, Beuren e Guerreiro (2008) foram buscar em Guerreiro, *et. al* (2005) idiosincrasia que pudesse representar uma instituição como; caráter coletivo, caráter de dar significado ao comportamento organizacional, caráter objetivo, caráter normativo, caráter de não questionamento, caráter repetitivo, caráter de estabilidade, caráter de orientar ações. Para que ocorra um processo de institucionalização os autores trouxeram alguns efeitos que são esperados para a completude da institucionalização. Referenciados em Passalongo, Ichikawa e Reis (2004) citam que deve haver uma correlação positiva e comprovada de que, houve mudança no processo de institucionalização da organização, e que também exista uma impulsão àqueles que defendem o processo de institucionalização e, por fim, pouca resistência da oposição.

Novamente, a exemplo dos artigos anteriores que pesquisaram sobre a teoria institucional Boof, Beuren e Guerreiro (2008), também trouxeram ao seu trabalho os estudos de Tolbert e Zucker (1999) para ordenar elementos essenciais que a institucionalização não pode prescindir, habitualização, objetificação e sedimentação. Paralelamente a esta lógica Boof, Beuren e Guerreiro (2008) também foram à busca de Burns e Scapens (2000) para demonstrar um paradigma que pudesse dar conformidade ao processo de institucionalização, tendo os seguintes elementos: codificação, incorporação, reprodução e institucionalização. Para a institucionalização ser efetiva é necessário que os atos dos indivíduos sejam reconhecidos e replicados na organização sistematicamente, com isso, o processo e a solidificação serão confirmados.

Em termos da pesquisa sobre os hábitos e rotinas, em consonância com os objetivos do presente estudo, após explorar a teoria analisada por Boof, Beuren e Guerreiro (2008) passamos analisar as respostas obtidas pelos autores:

a) Os autores em seu trabalho aplicaram questionário de perguntas a um público de quatro empresas, sendo elas, uma de prestação de serviços educacionais de graduação e pós-graduação, uma indústria de artigos esportivos, uma concessionária de veículos e uma empresa concessionária de máquinas e implementos agrícolas, todas de médio porte. Também ficou evidenciado que existe uma semelhança nos hábitos e rotinas das organizações, independente do número de indivíduos que compõe a controladoria, sua autonomia e atuação.

b) Nas entrevistas ficou claro para os autores que, a cultura influencia e faz influenciar o ambiente das organizações. Constata-se através do depoimento dos autores que, os hábitos e rotinas valem-se de uma prática utilitarista, no sentido de que os hábitos e rotinas percebidos pelo *controller* são aplicados na organização, se estes demonstram-se úteis a organização. É caracterizada a presença do responsável pela controladoria como necessária e importante para conduzir e proporcionar viabilidade aos processos de institucionalização de normas e regras.

c) Por fim, concluíram que a institucionalização de hábitos e rotinas na controladoria das empresas analisadas, ocorre pela interação entre indivíduo-grupo e grupo-indivíduo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise dos artigos pesquisados, mesmo considerando que o universo de artigos pesquisados para a produção deste ensaio teórico foi restrito, observou-se que todos as produções que escreveram sobre aplicação da teoria institucional nas organizações, tiveram suas afirmações e inferências em obras de autores que fundamentaram e escreveram os princípios da teoria institucional, o que se repete ao longo dos artigos pesquisados. Para ser reconhecido um trabalho sobre teoria institucional se fazem necessários os pressupostos básicos da teoria, como afirmam Dimaggio e Powell (1983), segmentando formas de adaptação das organizações em isomorfismo mimético, coercitivo e formal. A participação da inovação está ativamente ligada aos constructos da Teoria Organizacional, no sentido em que, a cultura está presente nas organizações,

ditando normas, regras e costumes. A cultura organizacional influencia e sofre influência nas organizações, dependendo do ambiente em que ela se encontra.

Na questão sobre os objetivos do ensaio teórico em encontrar algo novo sobre a teoria institucional, nos trabalhos pesquisados, o que se constatou foi uma replicação da teoria institucional, onde em todos os trabalhos pesquisados os autores utilizaram-se dos principais autores sobre a teoria e citações dos trabalhos clássicos. Um ponto que merece ser destacado nos artigos pesquisados é o fato de que foram identificados e nominados autores brasileiros que escreveram e produzem artigos sobre a teoria institucional.

É possível afirmar que o fato de que existe a corrente dos neofuncionalistas, pode ter contribuído com a teoria institucional ou neoinstitucional, mas que para se analisar mais esta vertente de pensamento seria necessário um aprofundamento das análises e provavelmente se chegaria a outro ensaio teórico que, em tese dialogaria muito com os funcionalistas tradicionais.

Como a teoria institucional está em constante aprimoramento e processo de construção e desconstrução, é possível que aconteçam mudanças nas formas de existência, implantação e aplicação da teoria nas instituições. Como asseveraram Tolbert e Zucker (1999, p.175) uma instituição nunca é “[...] o estágio final de um processo de institucionalização”.

Como recomendações para trabalhos futuros e para refutar ou confirmar esta pesquisa, se existe novidade ou não sobre contribuições à teoria institucional, seria necessário fazer uma pesquisa com um universo maior de artigos ou ensaios teóricos para se ter uma representatividade maior de amostras para análise.

REFERÊNCIAS

ALDRICH, Howard. E.; PFEFFER, Jeffrey. **Organizations and environments**. Ithaca: New York State School of Industrial and Labor Relations, Cornell University, 1976.

BURNS, Jonh; SCAPENS, Robert W. Conceptualizing management accounting change: an institutional framework. **Management Accounting Research**, v.11, p. 3-25, 2000.

BOFF, Marines Lucia; BEUREN, Ilse Maria; GUERREIRO, Reinaldo. Institucionalização de hábitos e rotinas da controladoria no estado de Santa Catarina. **Organização & Sociedade**, v.15, n.46, Julho/Setembro, 2008. disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4006/400638299010.pdf>. Acesso em: 08 out. 2018.

CINTRA, Renato Fabiano; AMÂNCIO-VIEIRA, Saulo Fabiano; MUNCK, Luciano. A produção intelectual em teoria institucional: análise nos principais periódicos brasileiros a partir do método bibliométrico. **Future Studies Research Journal: Trends and Strategies**, v. 9, n. 3, p. 149-177, 2017. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/48846/a-producao-intelectual-em-teoria-institucional>—analise-nos-principais-periodicos-brasileiros-a-partir-do-metodo-bibliometrico. Acesso em: 15 set. 2018.

CLEGG, Stewart, R.; HARDY, Cynthia. **Handbook de estudos organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. 3a. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DAFT, Richard L. **Teoria e projeto das organizações**. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

DANDA, Gustavo Nóbrega; DE QUEIROZ, Lucia de F. N., HOFFMANN, Valmir Emil. A hélice do poder público: padrões de distribuição de recursos federais para as Fundações de Amparo à Pesquisa Estaduais. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 5, 2016.

DIAS FILHO, José Maria; MACHADO, Luiz Henrique Baptista. Abordagens da pesquisa em contabilidade. In: IUDÍCIBUS, Sérgio de; LOPES, Alexsandro Broedel (Coord.). **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

DIMAGGIO, Paul. J.; POWELL, Powell W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, p. 147-160, 1983.

- GALIANNI, Alfredo Guilherme. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Harbra, 1981. 337p.
- GUERREIRO, Reinaldo; FREZATTI, Fábio; LOPES, Alexsandro Broedel, PEREIRA, Carlos Alberto. O entendimento da contabilidade gerencial sob a ótica da teoria institucional. **Organizações & Sociedade**, v.12, n.35, p. 91-106, out./dez.2005.
- MACHADO-DA-SILVA, Clóvis., FONSECA, Valéria Silva da; FERNANDES, Bruno H. Rocha. Mudanças e estratégia nas organizações: perspectivas cognitiva e institucional. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; OLIVEIRA, Lúcia, Maria Barbosa de. (Org.). **Administração contemporânea: perspectivas estratégicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- MELO PEREIRA, Fernando Antônio de. A evolução da teoria institucional nos estudos organizacionais: um campo de pesquisa a ser explorado. **Organizações em Contexto**, São Bernardo do Campo, Ano 8, n. 16, jul.-dez.2012.
- MEYER, John W.; ROWAN, Brian. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, 340-363p. 1977. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/2778293>.
- OLIVER, Christine. The collective strategy framework: an application to competing predictions of isomorphism. **Administrative Science Quarterly**, v. 33, p. 543-561,1988
- PASSALONGO, Cristiani; ICHIKAWA, Elisa Yoshie; REIS, Luciano Gomes dos. Contribuições da teoria institucional para os estudos organizacionais: o caso da Universidade Estadual de Londrina. **Revista de Negócios**. Blumenau, v. 9, n.1, p. 19-26, jan-mar/2004.
- PEREIRA, Mauricio Gomes. A introdução de um artigo científico. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília , v. 21, n. 4, p. 675-676, dez. 2012. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v21n4/v21n4a17.pdf>. Acesso em: 27 out. 2018. <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-4974201200040001>
- POWELL, Walter W. COLYVAS, Jeanette A. **Microfoundations of institutional theory**. The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism. Sage Publications, 2008.
- PRATES, Antônio Augusto Pereira. Organização e instituição no velho e novo institucionalismo. In: RODRIGUES, Suzana Braga; CUNHA, Miguel P. (org.). **Novas perspectivas na administração de empresas: uma coletânea lusobrasileira**. São Paulo: Iglu, 2000.
- ROSSETTO, Carlos Ricardo, ROSSETTO, Adriana Marques. Teoria institucional e dependência de recursos na adaptação organizacional: uma visão complementar. **RAE electron**. [online]. 2005, v. 4, n. 1. ISSN 1676-5648. <http://dx.doi.org/10.1590/S1676-56482005000100010>. disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676-56482005000100010&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 29 set.2018.
- SILVA, Maria de Fátima; JUNQUEIRA, Luis Antônio Prates; CARDOSO, Onésimo. Inovação e teoria Institucional. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v.14, n.1, 2016, p.106-114. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/article/view/22024/18452>. Acesso em: 20 set. 2018.
- SUDDABY, Roy. Challenges for institutional theory. **Journal of Management Inquiry**, v. 19, n. 1, p. 14-20, 2010.
- TOLBERT, Pamela S.; ZUCKER, Lynne G. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, Stewart R. HARDY, Cynthia; NORD, Walter. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999, v. 3, p. 196-219.